

## **A visibilidade da violência contra a mulher no *Estado*: um estudo sobre a representação da figura feminina em reportagens veiculadas nos anos de 1985 e 2015<sup>1</sup>**

Janie Kiszewski PACHECO<sup>2</sup>

Luíza Buzzacaro BARCELLOS<sup>3</sup>

Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-Sul), Porto Alegre, RS

### **RESUMO**

O presente artigo é parte de uma pesquisa desenvolvida como trabalho de conclusão de curso para obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo pela ESPM-Sul. A pesquisa buscou entender como se dava a representação da figura feminina em notícias que tratavam sobre casos de violência contra a mulher veiculadas especificamente no jornal *O Estado de São Paulo* em dois anos caracterizados por transições políticas: 1985, época de transição entre ditadura e democracia; e 2015, ano em que se iniciou o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Para tanto, empregou-se a abordagem antropológica para análise do material empírico coletado. Foram constatadas quatro representações predominantes da figura feminina: vítima; culpada; cidadã e “sombra”. Neste artigo, especificamente, são tratados os casos de violência que tiveram maior repercussão no jornal nos anos citados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Representação; violência contra a mulher; O Estado de São Paulo; jornalismo; transição política.

### **INTRODUÇÃO**

Mulheres e homens são indivíduos tratados com marcantes diferenças sociais no Brasil. Diversos papéis e estereótipos cercam a figura da mulher: elas são vistas como seres que podem ser dominados pelos homens, o que acaba gerando diversos prejuízos para sua vida cotidiana, dentre eles a violência (COUTO; SCHRAIBER, 2013; BANDEIRA, 2013). Além disso, esses papéis são constantemente reproduzidos pela mídia, fazendo com que a representação da figura feminina nessa instituição legitime e justifique ainda mais as relações desiguais que se estabelecem entre os sexos (PEREIRA, 2009). A imprensa produz diferentes significados culturais, por meio das representações, que influenciam nas práticas sociais e acabam determinando as condutas dos indivíduos (HALL, 1997 apud SILVA, 2014).

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na DT 1 – Jornalismo do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 31 de maio a 2 de junho de 2018.

<sup>2</sup> Orientadora do trabalho, Doutoranda em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Mestre em Antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professora do curso de Jornalismo da ESPM-Sul. E-mail: jpacheco@espm.br.

<sup>3</sup> Bacharel em Jornalismo pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-Sul). E-mail: l.buzzacaro@yahoo.com.br.

---

Levando em consideração que a imprensa pode ditar comportamentos, principalmente quando se trata de um jornal de referência como o *Estado de São Paulo* (ZAMIN, 2014), esse artigo dedica-se a analisar a representação da violência contra as mulheres em notícias veiculadas neste jornal, além de identificar os fatores que contribuem para que uma notícia sobre o tema tenha maior repercussão e visibilidade na imprensa. Para tanto, no que tange à representação, o procedimento de análise adotado é o antropológico, enquanto que na análise dos aspectos que envolvem a produção e divulgação jornalística dos casos escolheu-se identificar os valores-notícia utilizados. Cabe ressaltar, no entanto, que essa análise, é apenas um dos eixos do trabalho intitulado *Violência contra a mulher: a representação da figura feminina no jornal O Estado de São Paulo em épocas de transição política*.

Para entender as diferenças nas representações da figura feminina nos casos de violência contra a mulher, a pesquisadora escolheu duas épocas marcantes no Brasil, seja pelas transições e instabilidade política, seja pelas conquistas femininas adquiridas: 1985, ano marcado pelo processo de transição do regime militar para a democracia; e 2015, ano em que o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, presidenta democraticamente eleita, começou a ser instaurado. Foi feito, portanto, um levantamento de todas as notícias que tratavam sobre a violência contra a mulher nestes dois anos, categorizando-as por semelhanças em relação ao local do crime, tipo de crime, relação do agressor com a vítima, entre outras. No presente artigo, contudo, utilizamos somente uma das categorias estabelecidas, a visibilidade, ou seja, as notícias que tiveram maior repercussão na imprensa, isto é, casos de violência que foram veiculados mais de uma vez pelo *Estado de São Paulo*.

Por tratar-se de um tema profundamente social e cultural, a pesquisadora escolheu fazer uma pesquisa interdisciplinar, que unisse características e teorias antropológicas e jornalísticas. O estudo, portanto, caracteriza-se como qualitativo, exploratório, etnográfico, bibliográfico e documental.

## **O CONTEXTO FEMININO BRASILEIRO**

Histórica e socialmente há uma série de desigualdades que se desenvolvem devido à diferenciação de gênero, ou seja, as imagens e expectativas que se constroem em relação à figura de homens e mulheres (JOHNSON, 1997). Essa construção, segundo o autor,

estabelece conceitos de feminilidade e masculinidade que acabam por reforçar a dominação masculina. Esta visão é corroborada por Silva (2014, p.82) quando afirma que:

As distinções de gênero não raro se transformam em relações desiguais entre o masculino e o feminino em todos os campos da vida social: nos corpos, nos discursos, nos conhecimentos, nas leis, nas práticas sociais, nas famílias, e até mesmo nas notícias [...] É a partir dos símbolos culturais hegemônicos, produzidos nas instâncias de poder, que se operam os sentidos entendidos como legítimos sobre o que significam masculino e feminino, indicando, também, os lugares sociais destes.

As desigualdades construídas entre homens e mulheres se dão em diversos aspectos da vida cotidiana. A primeira que podemos citar é em relação à divisão sexual do trabalho, quando se estabelece que à mulher cabe a esfera privada, o cuidado com a família e com o doméstico; e que ao homem, a esfera pública, lugar de produção de mercado, liberdade, direitos e política (VIANA, 2013). Outro fator que podemos citar como propulsor da desigualdade de gênero é a própria genitália feminina. Para Perrot (2007), a passividade e submissão atribuídas ao sexo da mulher influenciam também as suas relações e vida social: a mulher é vista, essencialmente, como procriadora. O corpo das mulheres é, portanto, no curso da história, um corpo dominado pelos homens, o qual deve satisfazê-los sem levar em consideração as vontades individuais femininas.

Essa postura desigual entre homens e mulheres acaba formalizando uma dominação masculina, que gera relações machistas, assimétricas e patriarcais (COUTO; SCHRAIBER, 2013) que constituem e legitimam a violência contra a mulher (BANDEIRA, 2013). Dessa forma, a posse dos homens em relação ao corpo das mulheres é tida como normal e por vezes necessária, haja vista a função dos homens, socialmente posta, de disciplinar e controlar as mulheres, sejam elas filhas ou esposas (LAGE; NADER, 2013).

Os motivos, contudo, que justificam socialmente a violência contra as mulheres podem ser muitos. O primeiro deles pode ser atribuído a natureza “incontrolável” do homem: “categorias como instinto, impulsividade, fatalidade, destino são arroladas para dar sentido (e legitimar, em última instância) às agressões perpetradas contra as mulheres (no geral na condição de namoradas, esposas, companheiras)” (COUTO; SCHRAIBER, 2013, p. 59).

Outro fator é, também, relacionado ao que é considerado a natureza e o papel das mulheres: o cuidado com a casa. Os afazeres domésticos são tidos como obrigação da

---

mulher, e, quando ela não os cumpre, acaba por não corresponder à expectativa existente e é agredida para “aprender” (PINSKY, 2013).

Além da ligação com as obrigações domésticas e maternas, se espera que a mulher tenha certa dependência financeira e emocional na relação conjugal (BANDEIRA, 2013). Quando ela entra no mercado de trabalho, contribui com o sustento da casa e se torna um indivíduo mais independente, isto dá motivo para que os homens cometam as agressões, uma vez que se sentem inseguros, já que eles perdem suas funções “naturais” (PINSKY, 2013).

Se a independência emocional da mulher é muitas vezes tida como inaceitável, a infidelidade também é vista como um bom motivo para desencadear uma agressão – o que, por vezes, pode levar à morte da vítima feminina<sup>4</sup>. Isso acontece porque o corpo da mulher é visto como uma propriedade do homem, selada pelo contrato matrimonial, seja ele formal ou não (BANDEIRA, 2013).

As mudanças protetivas à mulher em nosso país começam a acontecer a partir da década de 1970, quando movimentos feministas despertam questionamentos mais enfáticos sobre as condições desiguais em que as mulheres viviam. Em 1975 convenções internacionais trazem à tona o assunto da violência contra a mulher e em 1985 são criados o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a primeira Delegacia de Defesa da Mulher<sup>5</sup> (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016). Outra conquista importante para o combate da violência foi a criação e promulgação da Constituição Federal de 1988, que selou o compromisso do Estado “na assistência a cada membro da família no que diz respeito à coibição da violência no âmbito das relações familiares” (LAGE; NADER, 2013, p. 290).

Se, entre os anos 1980 e 1990 o começo da implementação de políticas públicas a favor da erradicação da violência contra as mulheres parecia confusa em relação às suas atribuições, nos anos 2000, as ações do Estado tornaram-se mais claras e presentes no combate ao problema. As agressões e maus tratos contra as mulheres “passaram a ser vistos com novos olhos e combatidos com maior ênfase depois que foram identificados como um tipo específico de violência e um atentado aos direitos humanos” (LAGE; NADER, 2013, p. 286).

---

<sup>4</sup> Convém assinalar que até o ano de 2005 o adultério era considerado crime, o que justificava a violência contra a mulher como “defesa da honra” (LAGE; NADER, 2013).

<sup>5</sup> Órgão da Polícia Civil, inaugurado em São Paulo, que tinha o intuito de atender interdisciplinarmente as diversas situações de violência as quais as mulheres eram submetidas (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016).

---

Um dos marcos para tal mudança foi a promulgação da Lei Maria da Penha<sup>6</sup>, em 2006. Apesar de ter havido muitos questionamentos sobre a constitucionalidade da lei, em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a sua constitucionalidade, tornando-a assim um importante instrumento público de prevenção e punição da violência contra a mulher (LAGE; NADER, 2013). Alguns anos depois, em 2015, é sancionada a Lei nº 13.104/2015, conhecida como Lei do Feminicídio, que tornou a morte de mulheres em virtude do gênero da vítima um crime hediondo e uma responsabilidade do Estado (PRADO; SANEMATSU, 2017). Para as autoras, a promulgação desta última lei foi muito importante para tipificar e denunciar a violência nas relações conjugais, muitas vezes encarada como “crime passionnal” não só pela sociedade, mas também pela mídia e pela justiça.

## **REPRESENTAÇÃO E A CONSTRUÇÃO MIDIÁTICA DA FIGURA FEMININA**

A representação da figura feminina, presente nas páginas dos jornais, é um fator que legitima e corrobora, muitas vezes, alguns comportamentos machistas e violentos para com as mulheres. Segundo Hall (2016, p. 30), “a representação significa utilizar a linguagem para, inteligivelmente, expressar algo sobre o mundo ou representá-lo a outras pessoas” e é estabelecido com um processo ou fenômeno sociocultural. A representação é, portanto, uma construção social de sentidos e significados para objetos e pessoas.

A imprensa, por meio de diversas representações que constitui de diferentes indivíduos, acaba por influenciar a opinião pública. Por isso, “o papel dos meios de comunicação é vital para influir numa transformação do pensamento coletivo, para que as pessoas saibam tornar patente aquilo que veem na mídia e fazer referência disso como o estabelecido, o normal” (FRIAS, 2009, p.78).

Buitoni (2009), em trabalho que contempla a representação da mulher na imprensa feminina, cita as diferenças dos papéis atribuídos às mulheres durante várias décadas do século XX e alguns estereótipos que cercam a figura feminina até hoje. A beleza celestial, atribuída à obediência e passividade; o papel de mãe, esposa e dona de casa; um objeto sexual dos homens – essas são algumas das representações da mulher feitas pela imprensa feminina.

---

<sup>6</sup> A Lei Maria da Penha é uma lei que protege as mulheres da violência doméstica. Segundo Bandeira (2013), a maior contribuição desta lei foi o estabelecimento de uma punição adequada aos agressores: a prisão.

E é por meio desses estereótipos que a mídia pode, por vezes, colaborar para a legitimação social da violência contra a mulher, principalmente a doméstica (PEREIRA, 2009). Com tais representações, que são tidas como normais, os homens encontram diversas justificativas para cometer crimes contra esposas, mães, filhas e até mesmo mulheres desconhecidas. Além de reforçar papéis estereotipados, como maternidade, obrigação com os afazeres domésticos e a submissão nas relações entre homens e mulheres, a mídia também divulga de forma simplista os casos de violência de gênero.

De acordo com Vieira de Melo e Sanematsu (2013, p. 93), os veículos de comunicação costumam dar ênfase aos números, mas não ao fenômeno de forma mais complexa, já que “a qualidade dessa abordagem ainda deixa muito a desejar, concentrando-se em fatos individualizados, relatados a partir de um viés policial”. As coberturas jornalísticas sobre a violência contra a mulher são muitas vezes sensacionalistas, desrespeitando as vítimas e seus familiares e colocando as próprias mulheres como culpadas da violência sofrida (PRADO; SANEMATSU, 2017). “[...] Os estereótipos de gênero fazem com que, no processo de evidenciação desse crime, os polos se invertam e a mulher seja colocada como a responsável pelo crime que cometeu” (PASINATO apud PRADO; SANEMATSU, 2017, p. 149).

Ainda que a imprensa seja um importante agente de transformação social, ela mostra-se falha nas reiteradas representações da figura feminina e na forma como efetua a cobertura de casos de violência contra a mulher. Alguns fatores constitutivos do jornalismo diário, no entanto, colaboram para esse cenário.

## **O JORNALISMO DIÁRIO E A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE**

O campo jornalístico possui alguns valores que influenciam no cotidiano da profissão: liberdade, credibilidade, associação com a verdade e objetividade (TRAQUINA, 2005). Para cumprir esse contrato estabelecido com o público, principalmente no que diz respeito ao cumprimento da verdade e da objetividade, alguns procedimentos de trabalho são adotados, como a utilização de fontes que digam os dois lados da história e o cumprimento do *lead*, que responde às perguntas “o que”, “quem”, “quando”, “onde”, “porquê” e “como”.

Um dos principais produtos jornalísticos que procura cumprir essa norma e levar a informação diária ao público é a notícia. Albertos (1977 apud ALSINA, 2009) define a notícia como um fato verdadeiro, inédito e atual que é, de alguma forma, de interesse

---

público; mas Alsina (2009, p. 299) propõe uma definição mais complexa: “a notícia é uma representação social da realidade cotidiana, produzida institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível”.

O fato é que para se tornar uma notícia um acontecimento deve obedecer a critérios de noticiabilidade. É no processo de seleção dos acontecimentos que deverão ser noticiados que se levam em conta valores-notícia como: morte, notoriedade, proximidade, relevância, novidade, tempo, notabilidade, inesperado, conflito/controvérsia, infração e escândalo (TRAQUINA, 2008). Segundo o autor (2008, p. 79), a morte é um dos valores-notícia fundamentais no jornalismo, pois “onde há morte, há jornalistas”. Outro fator determinante na escolha de uma notícia é a notoriedade do personagem central do acontecimento, ou seja, a importância hierárquica do mesmo na sociedade. Um valor-notícia também fundamental para a produção jornalística é o conflito ou a controvérsia, que dizem respeito a uma violência física ou simbólica que caracterizam, de certa forma, uma quebra das condutas tidas como normais (TRAQUINA, 2008). O autor ainda atenta para o valor da infração, também ligado à violência, considerada como um ato que viola as regras; o que nos ajuda a compreender o fato de tantos crimes virarem notícia.

Mesmo possuindo técnicas e processos de trabalho estabelecidos no cotidiano da prática jornalística, é importante salientar para o fato de que a elaboração e, conseqüentemente, a veiculação das notícias, faz com que o jornalismo atue na construção da realidade. “E este é o ponto crucial que permite estabelecer uma relação do poder simbólico da mídia com os valores e hierarquias sociais [...]” (SILVA, 2014, p. 50). Segundo a autora, portanto, os meios de comunicação podem ser tidos como “fazedores de identidades culturais”. Esta perspectiva já era destacada por Tuchman (1983) ao afirmar que:

A notícia não reflete a sociedade, mas ajuda a constituí-la como um fenômeno social compartilhado, já que no processo da descoberta de um acontecimento, a notícia define e conforma esse acontecimento [...] A notícia está definindo e redefinindo, constituindo e reconstituindo permanentemente fenômenos sociais (apud ALSINA, 2009, p. 299).

Portanto, como instituição de poder, a mídia deve sempre rever os discursos que incentiva já que, como nos casos de violência contra a mulher e de feminicídio, as vítimas, por vezes, são mostradas como culpadas, favorecendo ainda mais o machismo presente na sociedade.

## A VISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO *ESTADÃO*

Um jornal de referência deve possuir uma ampla circulação, ter credibilidade para com o público e apresentar uma abrangência na cobertura jornalística, nacionalmente e internacionalmente (ZAMIN, 2014). Dela-Silva (2008, p. 27 apud ZAMIN, 2014, p. 928) ainda salienta que, normalmente, estes jornais “desempenham um papel significativo na produção de sentidos para os acontecimentos jornalísticos que apresentam em suas páginas”.

Um dos principais jornais brasileiros que atingiram essa classificação foi o *Estado de São Paulo*, mais conhecido como *Estadão* (ZAMIN, 2014), existente desde 1875. Levando em consideração toda a história do jornal e o lugar de referência que alcançou na vida de muitos brasileiros, o *Estadão* tem uma influência notória nos costumes e crenças do país. É por isso que este jornal foi escolhido para compor o objeto de estudo desta pesquisa.

A seguir, serão apresentadas as análises das notícias de violência contra a mulher que tiveram maior repercussão no jornal em dois anos específicos: 1985 e 2015. Mediante enfoque etnográfico das notícias coletadas e selecionadas, procedeu-se uma abordagem antropológica do material empírico, aliando-se assim o caráter interpretativo e subjetivo da antropologia ao caráter objetivo, por meio dos valores-notícia, presente no jornalismo.

Para proceder a análise, optamos por seguir o modelo proposto por Angrosino (2009): elaborar, primeiramente, uma análise descritiva, decompondo os dados acerca da situação de violência contra a mulher encontrados nas notícias, visando encontrar padrões entre eles; e, posteriormente, constituir uma análise teórica, que consiste na explicação desses padrões dos dados selecionados.

A análise teórica é exposta através de um texto antropológico, que tem como características a interpretação e subjetividade (ROVIDA, 2015). “Nesse processo interpretativo, as teorias tanto influenciam na postura do etnógrafo em campo, como balizam o estágio posterior à descrição densa” (ROVIDA, 2015, p. 81). Esse tipo de análise utiliza os conceitos ou teorias como apoio para a interpretação dos dados, “dessa forma, estabelece-se um pensar com os conceitos e não, exclusivamente, um pensar sobre os conceitos” (ROVIDA, 2015, p. 81).

Diante disso, as análises são feitas a seguir.



## **1985: o início da repercussão da violência contra a mulher**

O jornal *O Estadão* veiculou diversos casos de violência contra a mulher no ano de 1985; foram localizadas nove notícias veiculadas sobre o assunto, citando 35 vítimas<sup>7</sup>. No entanto, três casos tiveram maior visibilidade<sup>8</sup>: Eliane de Grammont, Edisônia Nunes de Brito e de Ana Angélica Ferreira.

Eliane era cantora e foi assassinada a tiros pelo ex-marido, o também cantor Lindomar Castilho, durante uma apresentação. O crime aconteceu em 1981 e teve grande repercussão devido à fama de ambos. A notícia<sup>9</sup> analisada, no entanto, não trata sobre o crime em si, mas sim da sentença dada ao assassino, que ocorreu somente após quatro anos do crime, o qual foi justificado pelo cantor como um ato de amor e ciúmes.

Edisônia era apenas uma criança de 8 anos que foi violentada e morta de forma brutal por um desconhecido. A menina vinha de família pobre e trabalhava, junto com o irmão e a cunhada, vendendo bilhetes da Loteria Federal. Ela foi atraída por um homem até um terreno baldio, estuprada e assassinada no local; uma placa de concreto esmagou o crânio da menina. A repercussão deste caso se deu por dois motivos: a brutalidade do crime e o fato de a vítima ser uma criança. Duas notícias foram veiculadas, a primeira apenas noticiando o caso<sup>10</sup> e a segunda informando que o culpado tinha confessado o crime<sup>11</sup>.

O terceiro caso de violência foi o de Ana Angélica. A moça era uma estudante de 22 anos, pertencente à alta sociedade capixaba e sobrinha de um senador. O corpo dela foi encontrado cheio de cortes feitos de bisturi, dentro do consultório odontológico onde trabalhava. A veiculação desse caso também foi feita em duas notícias distintas, a primeira informando sobre o crime<sup>12</sup>; a segunda falando das investigações e desfecho do caso<sup>13</sup>.

---

<sup>7</sup> Levantamento feito pela autora no Acervo Online do Estadão, onde se encontram disponíveis todas as edições do jornal, desde o primeiro número.

<sup>8</sup> Consideramos, aqui, casos de maior visibilidade aqueles que foram noticiados mais de uma vez pelo jornal.

<sup>9</sup> “Lindomar na detenção”, notícia veiculada na página 12 da edição de 24 de maio de 1985.

<sup>10</sup> “Menina de 8 anos é violentada e morta”, notícia veiculada na página 19 da edição de 6 de agosto de 1985.

<sup>11</sup> “Em Brasília, catador de papel confessa o crime”, notícia veiculada na página 20 da edição de 8 de agosto de 1985.

<sup>12</sup> “Polícia não age, o pavor domina mulher no ES”, notícia veiculada na página 22 da edição de 10 de fevereiro de 1985.

<sup>13</sup> “Outra mulher morta em Vitória: são 54”, notícia veiculada na página 21 da edição de 21 de março de 1985.

Notamos que, em todos os casos apresentados acima, o principal valor-notícia que norteia a veiculação de tal notícia é o da infração. Conforme Traquina (2008), este diz respeito às atitudes que violam as regras, normalmente ligadas a agressões físicas. Além disso, os valores-notícia morte e notoriedade também influenciaram a veiculação de tais notícias.

Outro ponto que deve ser analisado é a relação do agressor com a vítima. Com exceção do caso de Eliane, no qual o ex-marido foi o responsável pelo crime, os outros dois casos foram cometidos por desconhecidos ou pessoas que não tinham uma relação aceita com a vítima perante a sociedade. Isso demonstra que mesmo a vítima não tendo um relacionamento prévio com os assassinos, a relação entre homens e mulheres mostra-se assimétrica, concedendo o poder de uns (homens) sobre os outros (mulheres) (COUTO; SCHRAIBER, 2013). Essas relações assimétricas são ainda mais perceptíveis quando nas notícias de violência contra a mulher a vítima é uma coadjuvante no texto: há poucas informações sobre a sua vida e inexistente contextualização sobre a violência sofrida. Nos três casos apresentados acima, mesmo tendo sido os casos de maior visibilidade veiculados em 1985, as informações sobre as mulheres resumiam-se aos nomes, idades e ocupação, tratando as vítimas, portanto, como “sombras” dos próprios assassinos, sem direito ao espaço na mídia.

### **2015: a contextualização do problema**

No ano de 2015 das inúmeras notícias que tratavam de violência contra a mulher no *Estadão*, foram analisadas 26 as quais citavam 23 vítimas<sup>14</sup>. Mesmo com o debate sendo ampliado e o assunto contextualizado, quatro casos ganharam maior atenção da imprensa, são eles: Ana Carolina de Souza Vieira; Amanda Bueno; Carolina Mandin e Priscila de Goés Pereira.

Ana Carolina, dançarina, 30 anos, havia comentado com familiares que estava sofrendo ameaças do ex-namorado, mas isso não impediu que ela sofresse a pior consequência da violência contra a mulher: foi encontrada morta, deitada em cima da cama, com sinais de violência, dentro do seu próprio apartamento. Após confessar que

---

<sup>14</sup> Levantamento feito pela autora no site do Estadão. Levando em consideração todas as mudanças tecnológicas pelas quais o jornalismo passou nos últimos anos, optou-se por coletar o *corpus* de análise de 2015 no site, não no acervo, como foi feito em 1985, já que as notícias publicadas no site eram em maior número do que as publicadas na edição impressa.

havia estrangulado a ex-namorada por ciúmes, o homem foi preso. Duas notícias foram publicadas sobre o caso<sup>15</sup>.

Caso semelhante ao de Ana Carolina é o da também dançarina Amanda Bueno<sup>16</sup>. A jovem, de 29 anos, provavelmente estava sofrendo ameaças ou até mesmo agressões do seu noivo, já que ela revelara à sua mãe, durante conversa telefônica, que voltaria a morar em Goiás com a família. Ela foi morta pelo noivo dentro da própria casa, no Rio de Janeiro. Câmeras de segurança filmaram o homem derrubando a noiva no chão, golpeando-a com uma pistola e depois desferindo cinco tiros contra o rosto dela. O assassino declarou que o crime foi passional, pois estava com ciúmes após receber um vídeo com uma suposta traição de Amanda. O criminoso foi preso. O caso, que chocou pela brutalidade, teve grande repercussão<sup>17</sup> na imprensa e foi um dos primeiros a ser enquadrado como feminicídio.

Os casos de Ana Carolina e Amanda chamam a atenção por um detalhe em particular: a profissão das vítimas. Os assassinatos das mulheres foram cometidos porque seus companheiros se sentiram enciumados e agrediram-nas fisicamente e mataram-nas. Nas notícias veiculadas, o fato de as mulheres serem dançarinas, uma delas de funk, é colocado em evidência, como se, de alguma forma, a ocupação das mulheres justificasse os ciúmes e, conseqüentemente, o crime cometido pelos homens (MOTA, 2017).

Já o caso de Carolina Mandin, felizmente, não terminou em assassinato. Ela encontrou o ex-noivo em um evento, eles discutiram e ela acabou sendo agredida pelo homem. Socos, tapas e pontapés foram desferidos contra a vítima, que desmaiou em função das agressões e precisou ser hospitalizada. Segundo a versão do agressor, Carolina o atacou por ciúmes depois de tê-lo visto com outra mulher, ele a empurrou para se defender, quando ela caiu e se feriu sozinha. No entanto, a vítima conseguiu provar as

---

<sup>15</sup> A primeira notícia veiculada foi “Mulher é encontrada morta em apartamento na zona sul de SP”, no dia 4 de novembro de 2015, podendo ser acessada através do link: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,mulher-e-encontrada-morta-em-apartamento-na-zona-sul-de-sp,1791031>>. A segunda notícia, “Familiares dizem que dançarina estava sendo perseguida pelo ex”, foi publicada no dia 5 de novembro de 2015 e pode ser visualizada através do link: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,dancarina-morta-estava-sendo-perseguida-pelo-namorado--dizem-parentes,10000001272>>.

<sup>16</sup> Amanda Bueno era o nome artístico de Cícera Alves de Sena.

<sup>17</sup> Três notícias sobre o caso de Amanda foram divulgadas pelo Estadão. São elas: “Câmeras mostram marido matando dançarina de funk”, publicada no dia 17 de abril de 2015, podendo ser acessada pelo link: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,cameras-mostram-marido-matando-dancarina-de-funk,1671608>>; “Dançarina morta por noivo disse para a mãe que voltaria a Goiás”, publicada no dia 20 de abril de 2015, podendo ser acessada pelo link: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,dancarina-morta-por-noivo-disse-para-mae-que-voltaria-a-goias,1672947>>; “Polícia investiga ligação de assassino de dançarina com milícias”, publicada no dia 23 de abril de 2015, podendo ser acessada pelo link: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,policia-investiga-ligacao-de-assassino-de-dancarina-com-milicias,1674733>>.

agressões sofridas e o homem foi preso. Três notícias sobre o caso foram publicadas pelo Estadão<sup>18</sup>.

O caso de Priscila é o mais se difere dos demais: ela foi vítima, provavelmente, de uma execução devido a questões ligadas à corrupção. A geógrafa, de 38 anos, era funcionária de uma empresa que prestava serviços para a Secretaria Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro. Ela foi morta por sete tiros, disparados por um homem encapuzado, enquanto aguardava dentro do seu carro a condução que a levaria até seu local de trabalho. O assassinato, aparentemente ocasionado sem motivações, também ganhou grande visibilidade<sup>19</sup> na imprensa.

O valor-notícia predominante nas notícias citadas, assim como nos casos de 1985, é a infração. Outros valores-notícia que podem ser identificados nos casos de maior visibilidade de 2015 são: morte, conflito e notoriedade. Nos casos de Ana Carolina, Amanda e Priscila a morte certamente é o principal valor-notícia, levando em consideração o assassinato das duas últimas. Já no caso de Carolina, o conflito entre ela e o ex-noivo e a consequente agressão física foi o valor-notícia utilizado. É importante ressaltar, entretanto, que todos os casos possuem, também, notoriedade, seja pelas circunstâncias do crime, pelo cargo público da vítima ou pelo pertencimento da vítima a uma classe social mais alta.

Com as notícias veiculadas em 2015 podemos perceber que, após a promulgação da Lei Maria da Penha e da Lei do Feminicídio, há uma maior visibilidade sobre a violência contra a mulher e também uma tentativa de contextualização do assunto, seja ouvindo fontes próximas as vítimas ou dando mais detalhes sobre a vida pregressa delas. A partir da década de 2000 a ideia de que a vida privada estaria imune dos agentes públicos é combatida (BANDEIRA, 2013), conferindo ao Estado a responsabilização do

---

<sup>18</sup> “Empresário que maltratou cães é acusado de agressão por ex-noiva”, divulgada no dia 13 de junho de 2015, disponível no link: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,empresario-que-maltratou-caes-e-acusado-de-agressao-por-ex-noiva,1705737>>; “Justiça decreta prisão de empresário acusado de agredir ex-noiva”, divulgada no dia 6 de julho de 2015, disponível no link: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,justica-decreta-prisao-preventiva-de-empresario-acusado-de-agredir-a-ex-noiva,1720403>>; “Empresário acusado de agredir ex-noiva é preso”, divulgada no dia 23 de julho de 2015, disponível no link: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,empresario-acusado-de-agredir-ex-noiva-tem-prisao-preventiva-decretada,1730763>>.

<sup>19</sup> Três notícias sobre o caso de Priscila foram divulgadas pelo Estadão. São elas: “Geógrafa da UFRJ é encontrada morta a tiros dentro do carro”, publicada no dia 6 de outubro de 2015, podendo ser acessada pelo link: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,geografa-encontrada-morta-foi-vitima-de-execucao--diz-policia,1775667>>; “Geógrafa encontrada morta foi vítima de execução, diz polícia”, publicada no dia 6 de outubro de 2015, podendo ser acessada pelo link: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,geografa-encontrada-morta-foi-vitima-de-execucao--diz-policia,1775667>>; “Para amigos, morte de geógrafa pode ter relação com corrupção”, publicada no dia 7 de outubro de 2015, podendo ser acessada pelo link: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,morte-de-geografa-no-rio-pode-ter-relacao-com-corrupcao--dizem-parentes,1776328>>.

que acontece na esfera privada (VIANA, 2013). Mesmo assim, ainda há uma cultura que justifica a violência sofrida pela mulher quando ela não corresponde aos padrões e papéis impostos pela sociedade (PINSKY, 2013) ou quando há uma suposta infidelidade (BANDEIRA, 2013).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com a apresentação dos casos de maior visibilidade sobre a violência contra a mulher, nos anos de 1985 e 2015, é possível perceber que, como ressaltou Viana (2013), ainda há um descompasso do que está na lei e da realidade vivida por diversas mulheres. Isso se comprova, principalmente quando levamos em consideração o primeiro movimento no combate ao problema, em 1985, com a criação das delegacias especializadas. Desde então, até 2015, se passaram 30 anos e as mulheres continuam sofrendo com a violência, seja no âmbito público ou privado.

Em 2015, mesmo que se noticiem mais casos de violência, como agressões físicas e estupros, quase todos os casos resultam em morte, e são esses que ganham maior repercussão na imprensa. Desta forma, quando não há um assassinato, a discussão da violência contra a mulher não ganha tanta visibilidade. Como exposto nas análises, os valores-notícia mais recorrentes na veiculação de casos de violência contra a mulher são a infração, a morte, a notoriedade e o conflito.

No que tange às representações da figura feminina em virtude dessa violência, podemos identificar quatro classificações: a de vítima de violência, a de culpada pela própria violência, a de mulher cidadã e a de mulher “sombra” dos homens.

Enquanto em algumas notícias, principalmente as veiculadas em 1985, as mulheres são tidas apenas como vítimas, em outros, com destaque para os casos de 2015 apresentados, são considerados fatores que justificariam a violência cometida pelos homens, sugerindo a existência de uma responsabilização feminina por tal fato. Além disso, mesmo que a contextualização do problema tenha se tornado mais efetiva em 2015, as vítimas ainda são vistas como “sombra” dos homens, principalmente quando os homens são colocados como protagonistas da situação, seja nos títulos ou nas informações nas matérias dadas a respeito do crime. Mesmo com a contextualização do assunto, a cobertura da imprensa nestes casos ainda falha e, por vezes, reforça estereótipos e papéis na tentativa de justificar os crimes cometidos pelos homens.

---

As análises feitas evidenciam a importância do campo jornalístico na construção e na transformação da realidade social. Como exposto, mesmo auxiliando, as leis e políticas públicas não são suficientes para combater a violência contra a mulher. Os papéis e estereótipos que causam a tensão entre feminino e masculino estão presentes na cultura da sociedade brasileira, cujos traços patriarcais e machistas dificultam a desconstrução dessas representações sociais e no combate a essa violência, frequentemente naturalizada.

## REFERÊNCIAS

ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Tradução: Jacob A. Pierce. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Tradução: José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BANDEIRA, Lourdes. A violência doméstica: uma fratura social nas relações vivenciadas entre homens e mulheres. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado - Uma Década de Mudanças na Opinião Pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina**. São Paulo: Summus, 2009.

COUTO, Márcia Thereza; SCHRAIBER, Lilia Blima. Machismo hoje no Brasil: uma análise de gênero das percepções dos homens e das mulheres. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado - Uma Década de Mudanças na Opinião Pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

FRIAS, Navi. Tem sexo a notícia? In: LIMA, Mercedes; VICENTE, Terezinha (orgs). **O controle social da imagem da mulher na mídia**. São Paulo: Articulação Mulher e Mídia, 2009.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro; Apicuri: Ed. PUC-Rio, 2016.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Tradução: Ruy Jungmann; consultoria: Renato Lessa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Violência contra a mulher. Da legitimação à condenação social. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola**. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

MOTA, Adriana Valle. O feminicídio de Amanda Bueno: quando morrer uma vez não é suficiente. In: PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa (orgs). **Feminicídio: #InvisibilidadeMata**. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

---

PEREIRA, Elisabete. Mais mulheres na mídia e nos espaços de poder. In: LIMA, Mercedes; VICENTE, Terezinha (orgs). **O controle social da imagem da mulher na mídia**. São Paulo: Articulação Mulher e Mídia, 2009.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos flexíveis. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013a.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013b.

PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa (orgs). **Femicídio: #InvisibilidadeMata**. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

ROVIDA, Maria Ferreira. Etnografia e reportagem jornalística: aproximação possível para uma metodologia de pesquisa empírica. **Líbero**. Volume 18, número 35. São Paulo, 2015.

SILVA, Márcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2014.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. Vol. 1. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2 ed., 2008.

VIANA, Raquel. Desafios e limites das políticas públicas no cotidiano das mulheres. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado - Uma Década de Mudanças na Opinião Pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

VIEIRA DE MELO, Jacira; SANEMATSU, Marisa. Mídia e a repercussão de dados sobre a violência contra a mulher. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado - Uma Década de Mudanças na Opinião Pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

ZAMIN, Angela. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. **Revista Famecos**. Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 918-942, set-dez 2014.